

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL N° 001/SMT/2019

CONCESSÃO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO, POR PARTICULARES, DO SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

ANEXO IV DO EDITAL – PLANO DE NEGÓCIOS DE REFERÊNCIA

ÍNDICE

Capítulo I - Diretrizes 3

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	PARÂMETROS GERAIS DO PROJETO	4

Capítulo II – Premissas e critérios adotados 4

3.	PREMISSAS E CRITÉRIOS ADOTADOS	4
4.	IMPOSTOS E TRIBUTOS	5
5.	AMORTIZAÇÃO	5
6.	PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS	6
7.	CUSTOS E DESPESAS	8
8.	RECEITAS	11
9.	POLÍTICA TARIFÁRIA	11
10.	RECEITA POR CAD	11
11.	OCUPAÇÃO	11
12.	RECEITA BRUTA ANUAL	12
13.	DRE, FLUXO DE CAIXA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS	13

Capítulo I - Diretrizes

1. INTRODUÇÃO

1.1 Este Plano de Negócios de Referência tem como objetivo apresentar os aspectos e premissas utilizados na análise de viabilidade econômico-financeira do projeto de concessão onerosa para exploração, por particulares, do SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO em vias e logradouros públicos do Município de São Paulo.

1.2 O presente Plano de Negócios de Referência apresenta estimativas para os custos e despesas vinculadas ao projeto, bem como para os investimentos considerados adequados ao desenvolvimento da CONCESSÃO e traz, ainda, o demonstrativo de resultados estimado durante o período de vigência da CONCESSÃO.

1.3 As estimativas fundamentam-se nas premissas e diretrizes definidas pelo próprio PODER CONCEDENTE, com base nos subsídios recebidos no âmbito do Chamamento Público nº 04/2018/SMDP e em análises realizadas pelos órgãos da Administração Pública Municipal envolvidos na elaboração do projeto.

1.4 Vale notar que, a despeito das informações constantes deste Plano de Negócios de Referência, é de exclusiva responsabilidade dos LICITANTES a coleta de dados e o desenvolvimento de estudos próprios para o atendimento das obrigações do OBJETO da CONCESSÃO, com a finalidade de subsidiar a elaboração das respectivas PROPOSTAS COMERCIAIS e a participação de cada qual na LICITAÇÃO.

1.5 Relativamente aos dados apresentados a seguir, ressalta-se ainda que todas as projeções baseiam-se no que se denomina 'termos reais', ou seja, não consideram o efeito da inflação.

1.6 Conforme se verifica na minuta de CONTRATO, delegam-se à CONCESSIONÁRIA, no âmbito da CONCESSÃO, as seguintes atividades:

- a)** a administração, manutenção e conservação das VAGAS;
- b)** a requalificação e modernização da sinalização vertical e horizontal das VAGAS e sua manutenção, de acordo com as especificações técnicas previstas no ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA;

- c) a implantação de 8.085 (oito mil e oitenta e cinco) VAGAS, conforme o projeto da CET previsto no ANEXO III – MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA E RELAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS DAS VAGAS, do EDITAL;
- d) a requalificação, modernização e conservação da sinalização vertical e horizontal das VAGAS MOTOCICLETAS e sua manutenção, de acordo com as especificações técnicas previstas no ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA;
- e) a desativação e ampliação do número de VAGAS de acordo com a orientação do PODER CONCEDENTE, nos termos definidos no ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA;
- f) o desenvolvimento, disponibilização, operação e manutenção de APLICAÇÃO MÓVEL, SISTEMA PARA PONTO DE VENDA e PONTO DE VENDA para aquisição de CADs, pelos USUÁRIOS, para o uso das VAGAS, conforme o ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA;
- g) a modernização, operação, conservação e atualização do sistema de apoio à fiscalização das VAGAS, incluindo o atendimento aos usuários durante o período da CONCESSÃO; e
- h) o fornecimento e instalação do SISTEMA OPERACIONAL, de acordo com as especificações fornecidas e previstas no ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

2. PARÂMETROS GERAIS DO PROJETO

2.1 Entre os parâmetros gerais básicos do projeto, destacam-se:

- a) Modalidade de contratação, que se trata de concessão nos termos da Lei Municipal nº 12.523/97; e
- b) Prazo de duração do CONTRATO, de 15 (quinze) anos;

Capítulo II – Premissas e critérios adotados

3. PREMISSAS E CRITÉRIOS ADOTADOS

3.1 A seguir são apresentadas as premissas utilizadas como parâmetros para o dimensionamento dos investimentos, receitas, custos e despesas, que serviram como base para as projeções financeiras contidas neste Plano de Negócios de Referência.

4. IMPOSTOS E TRIBUTOS

4.1 Os impostos e tributos levados em consideração na modelagem do projeto observaram as disposições das normas federais, estaduais e municipais vigentes, sendo utilizadas as seguintes alíquotas:

a) PIS (Programa de Integração Social): tributo federal incidente sobre o faturamento bruto, no regime não cumulativo, cuja alíquota é de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento);

b) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social): tributo federal incidente sobre o faturamento bruto, no regime não cumulativo, cuja alíquota é de 7,60% (sete vírgula sessenta por cento);

c) IR (Imposto de Renda): imposto federal sobre o lucro (após o cálculo do resultado operacional), cuja alíquota é de 15,00% (quinze por cento), acrescida de 10,00% (dez por cento) sobre a parcela tributável que exceder a R\$ 20.000/ mês;

d) CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido): imposto federal sobre o lucro (após o cálculo do resultado operacional) cuja alíquota é de 9,00% (nove por cento); e

e) ISS (Imposto sobre Serviços): imposto municipal sobre serviços cuja alíquota considerada foi de 5,00% (cinco por cento).

4.2 Em função do faturamento esperado da CONCESSIONÁRIA, adotou-se o regime de tributação pelo Lucro Real.

4.3 O Lucro Real considerado para fins de apuração dos impostos corresponde ao lucro líquido operacional deduzido da depreciação dos ativos intangíveis utilizados na operação.

5. AMORTIZAÇÃO

5.1 Apesar de os fluxos de caixa livres do projeto terem sido projetados em termos reais, convém ressaltar que, para fins de determinação da base fiscal de apuração do IRPJ e CSLL, as alíquotas fiscais incidem sobre o valor nominal do bem amortizado, sendo reconhecido o efeito da inflação sobre os saldos amortizados.

5.2 Adicionalmente, conforme a Interpretação ICPC 01 (R1), os ativos são reconhecidos como intangíveis e são integralmente amortizados dentro do prazo da CONCESSÃO.

6. PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS

6.1 A previsão de investimentos considera a execução de requalificação e modernização da sinalização vertical e horizontal e de implementação do Sistema de Tecnologia da Informação e os dispêndios necessários para a execução do OBJETO.

6.2 Assim, o Plano de Negócios de Referência considerou que o total de investimentos projetados para CONCESSÃO, a ser desembolsados pela CONCESSIONÁRIA, considerando os reinvestimentos, é de R\$ 43,3 milhões (quarenta e três milhões e trezentos mil reais).

6.3 Ressalta-se que foi estimada a adoção da tecnologia de Reconhecimento Óptico de Caracteres (“OCR”) para a realização do apoio à fiscalização automatizada das vias, com base nos parâmetros operacionais recebidos no âmbito do Chamamento Público nº 04/2018/SMDP e em análises realizadas pelos órgãos da Administração Pública Municipal envolvidos na elaboração do projeto.

6.4 Entretanto, é de discricionariedade da CONCESSIONÁRIA a escolha da adoção da tecnologia mais adequada às suas necessidades operacionais, respeitados os parâmetros definidos no ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA, do CONTRATO.

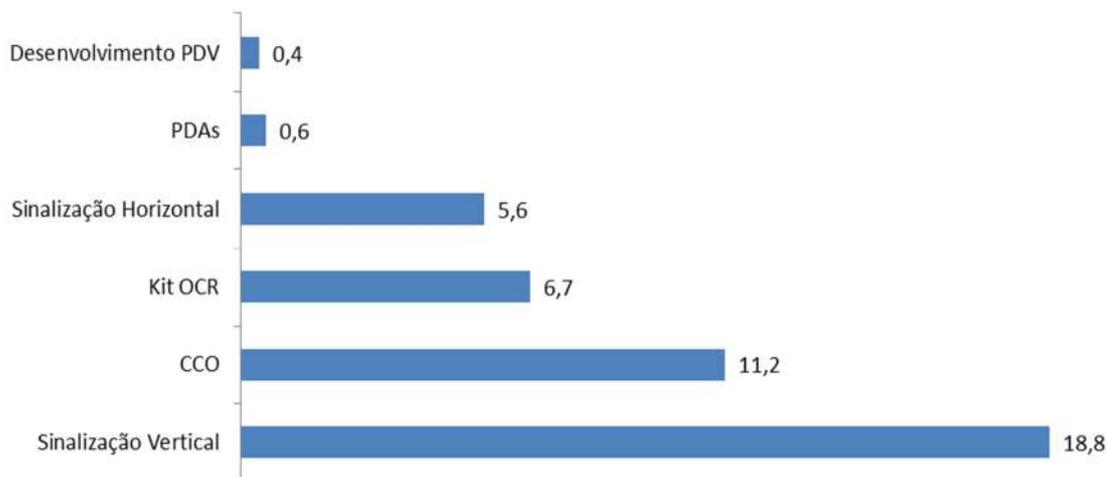


Figura 1: Estimativa, em milhões de reais, dos Investimentos e Reinvestimentos
Fonte: Elaboração Própria

6.5 As intervenções relativas à sinalização vertical e horizontal totalizam em R\$ 24,4 milhões (vinte e quatro milhões e quatrocentos mil reais).

6.6 Ressalta-se que a estimativa de sinalização vertical e horizontal considera as obrigações relativas às VAGAS e às VAGAS MOTOCICLETAS.

6.7 É estimado um dispêndio de R\$ 6,7 milhões (seis milhões e setecentos mil reais) na aquisição de Kits OCR, que seriam acoplados a veículos e motocicletas, para o apoio à fiscalização das vias.

6.8 O desenvolvimento dos PONTOS DE VENDA (“PDV”) e a aquisição de assistentes pessoais digitais (“PDA’s”) para os monitores da CONCESSIONÁRIA demandariam investimentos de cerca de R\$ 0,4 milhão (quatrocentos mil reais) e R\$ 0,6 milhão (seiscentos mil reais) respectivamente.

6.9 Para o desenvolvimento dos sistemas do Centro de Controle Operacional (“CCO”) e do Centro de Avaliação e Validação (“CAV”) foi estimado o valor de R\$ 11,2 milhões (onze milhões e duzentos mil reais).

6.10 Também estão incorporados no investimento estimado para o CCO e CAV, os equipamentos de informática, mobiliário e de telefonia.

6.11 A OUTORGA FIXA a ser paga pela CONCESSIONÁRIA foi reconhecida como ativo intangível.

6.11.1. Neste Plano de Negócio de Referência foi considerado o VALOR MÍNIMO DA PARCELA 1 DE OUTORGA FIXA.

7. CUSTOS E DESPESAS

7.1 Os custos e despesas a serem assumidos pela CONCESSIONÁRIA também foram projetados tendo como base os parâmetros operacionais estimados com a adoção da tecnologia OCR.

7.2 Estima-se um custo anual médio de R\$ 25,8 milhões (vinte e cinco milhões e oitocentos mil reais) da CONCESSIONÁRIA.

7.3 A operação de apoio à fiscalização seria realizada pela CONCESSIONÁRIA, principalmente, por meio de automóveis e motocicletas dotados de kits OCR que realizariam a leitura automática de placas.

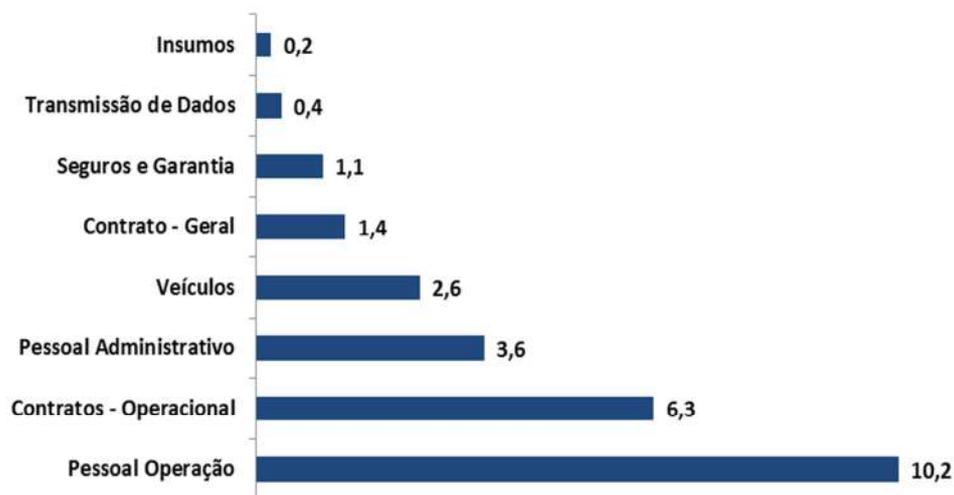


Figura 2: Custo médio anual, em milhões de reais, estimado pelo Plano de Negócios de Referência

Fonte: Elaboração Própria.

7.4 Aproximadamente R\$ 10,2 milhões (dez milhões e duzentos mil reais) anuais seriam dispendidos com o pessoal operacional.

7.5 São estimados 114 (cento e catorze) monitores da CONCESSIONÁRIA responsáveis por checar, a pé ou de motocicleta, situações que necessitem de complementação de informações em relação à leitura automatizada das placas ou locais em que o uso de automóveis não seja eficiente operacionalmente.

7.6 Também são estimados 16 (dezesesseis) supervisores da operação e 59 (cinquenta e nove) motoristas de veículo OCR.

7.7 Adicionalmente, foram estimados 24 (vinte e quatro) técnicos alocados no CCO.

7.8 Foram projetados custos anuais de R\$ 6,3 milhões (seis milhões e trezentos mil reais) em contratos relacionados à operação.

7.8.1. Dentro de contratos operacionais, cerca de R\$ 5,4 milhões (cinco milhões e quatrocentos mil reais) anuais seriam referentes ao custo com comissão de cartão de débito.

7.8.2. Cerca de R\$ 0,2 milhões (duzentos mil reais) seriam dedicados ao armazenamento das imagens coletadas pela atividade de apoio à fiscalização.

7.8.3. Também estão considerados nos custos de contratos operacionais os dispêndios médios anuais referentes à contratação de agente de apoio à fiscalização e pesquisa de satisfação, R\$ 0,3 milhão (trezentos mil reais) assessoria de riscos, R\$ 0,1 milhão (cem mil reais), e pagamento por uso das VAGAS do Mercado Municipal Paulistano, R\$ 0,3 milhão (trezentos mil reais)

7.9 Aproximadamente R\$ 3,6 milhões (três milhões e seiscentos mil reais) ao ano seriam gastos com pessoal administrativo.

7.10 Estima-se o custo anual de R\$ 2,6 milhões (dois milhões e seiscentos mil reais) na operação de veículos.

7.11 Inclui-se na conta de veículos o aluguel de veículos e motocicletas, o custo com combustível e a manutenção periódica destes.

7.12 Para a operação do apoio à fiscalização, é estimado o uso de 26 (vinte e seis) automóveis dotados de OCR, 65 (sessenta e cinco) motocicletas, sendo 17 (dezessete) destas dotadas de OCR.

7.13 É estimado o custo anual de R\$ 1,4 milhão (um milhão e quatrocentos mil reais) em contratos gerais.

7.14 Dentro do custo acima estão incorporados os gastos com manutenção dos equipamentos da operação nos PONTOS DE VENDA, dos PDAs utilizados pelos monitores, do Sistema de Tecnologia da Informação do CCO.

7.15 Na mesma conta estão contabilizados os custos com assessorias jurídica e contábil, auditoria de qualidade, serviço de atendimento ao usuário e serviço de limpeza da sede administrativa.

7.16 O custo de manutenção de seguros e garantias é estimado em R\$ 1,1 milhão (um milhão e cem mil reais).

7.17 Ainda são estimados custos anuais de R\$ 0,4 milhão (quatrocentos mil reais) em transmissão de dados e de R\$ 0,2 milhão (duzentos mil reais) em insumos administrativos, dentre eles material de limpeza, elétrico, telefone e energia.

7.18 Destaca-se que é estimada uma despesa pré-operacional de R\$ 7,9 milhões (sete milhões e novecentos mil reais) que inclui:

- a) integração entre Sistema de Tecnologia da Informação da CONCESSIONÁRIA e o sistema de fiscalização do PODER CONCEDENTE;
- b) desenvolvimento da APLICAÇÃO MÓVEL, projetos, compra de CADs não comercializados pelas CREDENCIADAS,
- c) Plano de Comunicação;
- d) consultorias de RH, Qualidade e de Implantação de Relatórios Gerenciais,
- e) recrutamento, seleção e treinamento de recursos humanos
- f) desenvolvimento do site da CONCESSIONÁRIA.

7.19 Considerou-se o valor de R\$ 3,3 milhões (três milhões e trezentos mil reais) referentes à compra de CADs não comercializados pela CREDENCIADAS ao final do período de TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL.

7.20 Ressalta-se que o Plano de Negócios de Referência considera a operação exclusiva da CONCESSIONÁRIA na venda de CADs por APLICAÇÃO MÓVEL.

7.21 A proporção de vendas de CADs por meio da APLICAÇÃO MÓVEL em relação ao total de vendas seria de 76,6% (setenta e seis vírgula seis por cento) no primeiro ano e cresceria até atingir 90,0% (noventa por cento) no sexto ano de operação.

Mix de Vendas	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano
Aplicação Móvel	76,6%	79,3%	82,0%	84,6%	87,3%	90,0%
Ponto de Venda	23,4%	20,7%	18,0%	15,4%	12,7%	10,0%

Figura 3: Mix de Vendas estimado pelo Plano de Negócios de Referência

Fonte: Elaboração Própria.

7.22 Estima-se a relação de 21 (vinte e uma) vagas por PONTO DE VENDA no primeiro ano de operação.

7.23 No quarto ano de operação, a relação é estimada em 50 (cinquenta) vagas por PONTO DE VENDA, mantendo-se estável até o final do CONTRATO.

8. RECEITAS

8.1 Estima-se que a receita da CONCESSIONÁRIA atinja R\$ 195,5 milhões (cento e noventa e cinco milhões quinhentos mil reais) ao ano a partir do 6º (sexto) ano de CONTRATO.

9. POLÍTICA TARIFÁRIA

9.1 A TARIFA do SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO foi estimada em R\$ 5,00 (cinco reais) por CAD, mantendo-se estável, em termos reais, até o final do CONTRATO.

9.2 Foi considerada a regra de um CAD por uma hora de utilização do SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO.

10. RECEITA POR CAD

10.1 Foi estimada a receita de R\$ 5,00 (cinco reais) por CAD para CONCESSIONÁRIA no caso das vendas via APLICAÇÃO MÓVEL.

10.2 Foi estimada a receita de R\$ 4,25 (quatro reais e vinte e cinco centavos) por CAD para CONCESSIONÁRIA no caso das vendas via PONTO DE VENDA.

11. OCUPAÇÃO

11.1 Foi estimada a taxa de respeitabilidade de 56,8% (cinquenta e seis vírgula oito por cento) no primeiro ano de operação e elevação linear da taxa até o sexto ano de operação,

quando atinge 75,0% (setenta e cinco por cento) e assim permanece até final do prazo da concessão.

11.2 Considera-se uma taxa de demanda constante do SERVIÇO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO de 31,3% (trinta e um vírgula três por cento) das horas disponíveis.

11.3 Assim, a taxa de ocupação do sistema parte de 17,8% (dezessete vírgula oito por cento) no primeiro ano de contrato e chega a 24,0% (vinte e quatro por cento) no sexto ano de operação.

11.4 A partir do sexto ano foram mantidas constantes as taxas de respeitabilidade, de demanda e de ocupação.

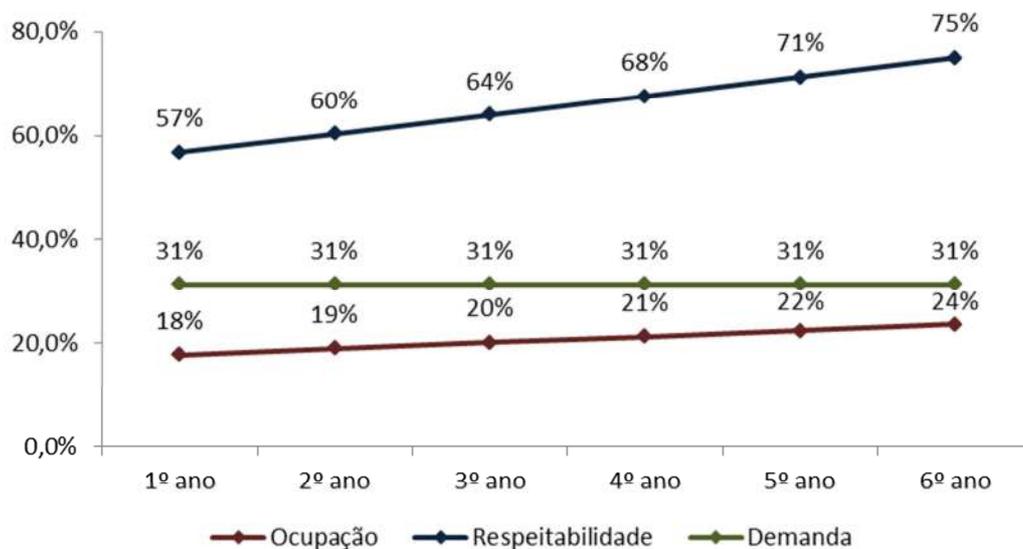


Figura 4: Taxas de Ocupação, de Respeitabilidade e de Demanda estimadas pelo Plano de Negócios de Referência

Fonte: Elaboração Própria.

12. RECEITA BRUTA ANUAL

12.1 Abaixo, apresenta-se a estimativa de receita bruta anual da CONCESSIONÁRIA.

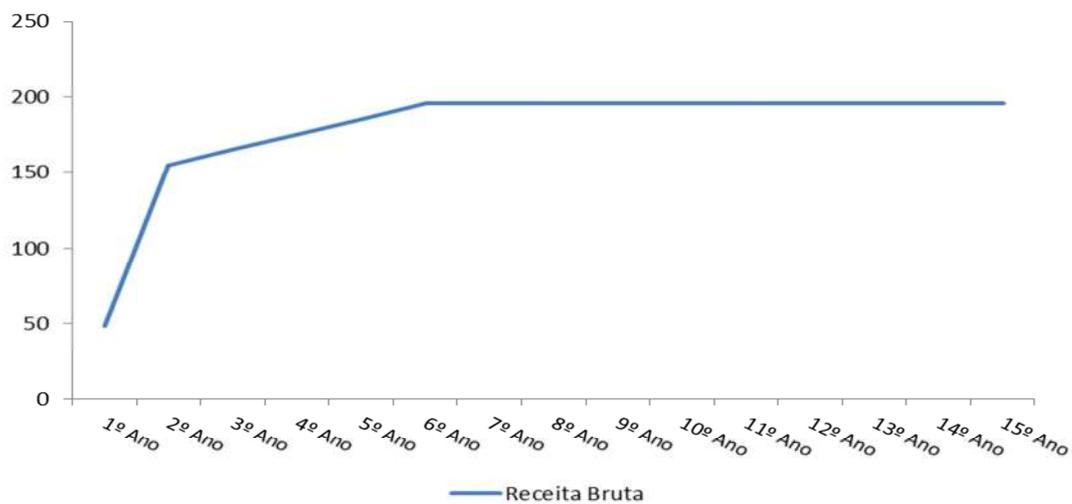


Figura 5: Receita Bruta Anual, em milhões, estimada pelo Plano de Negócios de Referência

Fonte: Elaboração Própria.

13. DRE, FLUXO DE CAIXA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS

13.1 A partir das premissas de receitas, custos operacionais e investimentos estimados, apresenta-se o a DRE e o Fluxo de Caixa do projeto:

Demonstração do Resultado do Exercício	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	13º Ano	14º Ano	15º Ano
EBITDA	15,75	96,00	103,23	110,34	117,17	124,05	124,48	124,47	124,46	124,45	124,31	124,44	124,43	124,43	124,39
(+) Receita Operacional Bruta (ROB)	48,3	154,9	165,0	175,1	185,3	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5
Receita com Zona Azul	48,3	154,9	165,0	175,1	185,3	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5
(-) Impostos Indiretos	(6,9)	(22,1)	(23,5)	(24,9)	(26,4)	(27,9)	(27,9)	(27,9)	(27,9)	(27,9)	(27,9)	(27,9)	(27,9)	(27,9)	(27,9)
PIS	(0,8)	(2,6)	(2,7)	(2,9)	(3,1)	(3,2)	(3,2)	(3,2)	(3,2)	(3,2)	(3,2)	(3,2)	(3,2)	(3,2)	(3,2)
COFINS	(3,7)	(11,8)	(12,5)	(13,3)	(14,1)	(14,9)	(14,9)	(14,9)	(14,9)	(14,9)	(14,9)	(14,9)	(14,9)	(14,9)	(14,9)
ISS	(2,4)	(7,7)	(8,2)	(8,8)	(9,3)	(9,8)	(9,8)	(9,8)	(9,8)	(9,8)	(9,8)	(9,8)	(9,8)	(9,8)	(9,8)
(=) Receita Operacional Líquida	41,4	132,9	141,5	150,1	158,8	167,7									
(-) Custo e Despesas Diretas	(3,14)	(10,49)	(12,00)	(13,51)	(15,04)	(16,58)	(16,58)	(16,58)	(16,58)	(16,58)	(16,58)	(16,58)	(16,58)	(16,58)	(16,58)
Outorga Variável	(3,1)	(10,5)	(12,0)	(13,5)	(15,0)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)
(=) Lucro Bruto	38,3	122,4	129,5	136,6	143,8	151,1									
(-) OPEX	(62,0)	(65,3)	(64,7)	(64,4)	(64,6)	(64,9)	(64,6)	(64,9)	(65,4)	(66,3)	(67,7)	(69,4)	(72,4)	(77,6)	(89,6)
Despesas Operacionais e Administrativas	(22,5)	(26,4)	(26,2)	(26,3)	(26,7)	(27,0)	(26,6)	(26,6)	(26,6)	(26,7)	(26,8)	(26,7)	(26,7)	(26,7)	(26,7)
Despesa com Amortização	(39,4)	(38,9)	(38,5)	(38,2)	(38,0)	(37,9)	(38,0)	(38,3)	(38,8)	(39,6)	(40,9)	(42,8)	(45,8)	(51,0)	(62,9)
(=) EBIT	(23,7)	57,1	64,8	72,2	79,2	86,2	86,5	86,2	85,7	84,8	83,4	81,7	78,7	73,5	61,5
(+/-) Resultado Financeiro	-	(0,36)	(0,23)	(0,27)	(0,32)	(0,35)	(0,38)	(0,41)	(0,42)	(0,42)	(0,42)	(0,40)	(0,37)	(0,31)	(0,22)
(-) Despesas Financeiras	-	(0,4)	(0,2)	(0,3)	(0,3)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,3)	(0,2)
(+) Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(=) Lucro Antes do IRPJ e CSSL (EBT)	(23,7)	56,7	64,5	71,9	78,9	85,8	86,1	85,8	85,3	84,4	83,0	81,3	78,3	73,2	61,2
IRPJ e CSSL	-	(13,5)	(19,7)	(24,4)	(26,8)	(29,2)	(29,3)	(29,1)	(29,0)	(28,7)	(28,2)	(27,6)	(26,6)	(24,8)	(20,8)
(=) Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	(23,7)	43,3	44,9	47,49	52,10	56,7	56,9	56,7	56,3	55,7	54,8	53,7	51,7	48,3	40,4

Figura 6: DRE do Plano de Negócios de Referência

Fonte: Elaboração Própria

Demonstrativo de Fluxo de Caixa	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	13º Ano	14º Ano	15º Ano
Fluxo de Caixa das ATIVIDADES OPERACIONAIS															
(+) Recebimentos dos Clientes	47,0	152,0	164,7	174,8	185,0	195,3	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5	195,5
(+) Recebimento de Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Pagamentos de Fornecedores, Empregados e Despesas	(19,1)	(26,2)	(26,3)	(26,3)	(26,7)	(27,0)	(26,6)	(26,6)	(26,6)	(26,6)	(26,7)	(26,6)	(26,5)	(26,4)	(26,0)
(-) Pagamentos de Outorga Variável	(2,4)	(10,4)	(11,9)	(13,4)	(14,9)	(16,5)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(16,6)	(18,0)
(-) Pagamento de Impostos e Taxas	(6,5)	(34,7)	(43,1)	(49,3)	(53,1)	(56,9)	(57,1)	(57,0)	(56,8)	(56,5)	(56,1)	(55,5)	(54,5)	(52,7)	(48,7)
(-) Pagamento de Juros	-	(0,4)	(0,2)	(0,3)	(0,3)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,4)	(0,3)	(0,2)
(=) Fluxo de Caixa Líquido da ATIVIDADES OPERACIONAIS	19,0	80,3	83,2	85,6	90,0	94,5	94,8	94,9	95,1	95,4	95,8	96,5	97,6	99,6	102,7
Fluxo de Caixa das ATIVIDADES DE INVESTIMENTO															
(-) Ativo Construído	(8,6)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)	(2,5)
(-) Outorga Fixa	(607,355)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)	(12,000)
(=) Fluxo de Caixa Líquido da ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(616,0)	(14,5)													
Fluxo de Caixa das ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO															
(+) Recebimentos por Integralização de Capital	592,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(+) Recebimento de Empréstimos e Financiamentos	4,3	4,3	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	1,2	-
(-) Amortização de Empréstimos e Financiamento	-	(4,3)	(0,3)	(0,4)	(0,5)	(0,7)	(0,8)	(1,0)	(1,1)	(1,3)	(1,6)	(1,9)	(2,3)	(2,9)	(4,2)
(=) Fluxo de Caixa Líquido da ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	597,0	-	0,9	0,8	0,7	0,6	0,4	0,3	0,1	(0,1)	(0,4)	(0,7)	(1,1)	(1,7)	(4,2)

Figura 7 :Demonstrativo de Fluxo de Caixa do Plano de Negócios de Referência

Fonte: Elaboração Própria

Valuation	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	13º Ano	14º Ano	15º Ano
FCFF	(598,2)	67,4	68,9	71,3	75,7	80,2	80,6	80,7	80,9	81,2	81,6	82,3	83,4	85,3	88,3
(=) Ebit	(23,7)	57,1	64,8	72,2	79,2	86,2	86,5	86,2	85,7	84,8	83,4	81,7	78,7	73,5	61,5
(-) IRPJ e CSSL	-	(13,6)	(19,8)	(24,5)	(26,9)	(29,3)	(29,4)	(29,3)	(29,1)	(28,8)	(28,3)	(27,7)	(26,7)	(25,0)	(20,9)
(+) Amortização	39,4	38,9	38,5	38,2	38,0	37,9	38,0	38,3	38,8	39,6	40,9	42,8	45,8	51,0	62,9
(-) CAPEX e Outorga Fixa	(616,0)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)	(14,5)
(-) Variação Capital de Giro	2,0	(0,6)	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(0,1)	(0,0)	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,3	(0,7)
VPL (15 anos)	(576,0)	59,4	55,7	52,9	51,5	50,1	46,1	42,4	38,9	35,8	33,0	30,5	28,3	26,5	25,2

Tabela 8- Fluxo de Caixa Livre da Firma

Fonte: Elaboração Própria

13.2 O Cronograma Físico-Financeiro considera os investimentos e os reinvestimentos:

Item	Valor (R\$)	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	13º Ano	14º Ano	15º Ano
Desenvolvimento PDV	0,4	26%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
PDA's	0,6	42%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Kit OCR	6,7	42%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%
Sinalização Vertical	18,8	10%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%
Sinalização Horizontal	5,6	13%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%	6%
CCO e CAV	11,2	26%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
Outorga Fixa	775,4	78%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Total	818,7	75%	2%													

Figura 9 :Cronograma Físico-Financeiro

Fonte: Elaboração Própria